



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 016 / 2005
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES, Estado de Sergipe, para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências correlatas”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES, ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES/SE para o exercício financeiro de 2006, constituído do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme estabelecido no art. 165, § 5.º, da Constituição Federal, estima a Receita em R\$ 13.580.000,00 (treze milhões e quinhentos e oitenta mil reais) e fixa a Despesa em igual valor. .

Art. 2º - A receita municipal, estimada a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, levou em consideração a arrecadação dos tributos, de transferências constitucionais, dos convênios firmados com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou Estadual, das cobranças de dívida ativa e de outras receitas correntes e de capital;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - A despesa do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES/SE, fixada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos a esta lei, encontra-se detalhada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Programa, Projeto ou Atividade, Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e, em último nível, por Fonte de Financiamento da Despesa ou Fonte de Recursos.

Art. 4º - Durante a Execução Orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir Créditos Suplementares até o limite de 80% (oitenta por cento) da Despesa fixada, respeitando o disposto no art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

II - realizar operações de créditos por antecipação da Receita Orçamentária, nos termos e nos limites da legislação em vigor;

III - proceder o remanejamento de valores entre fontes de recursos de um mesmo elemento de despesa, dentro de um mesmo projeto ou atividade, não sendo este procedimento considerado para efeito do limite de que trata o inciso I deste artigo;

IV - incluir novas fontes de recursos em elementos de despesa já consignados no Orçamento, devendo os recursos necessários à esta finalidade serem transferidos do mesmo elemento de despesa, constante de um mesmo projeto ou atividade, não sendo este procedimento considerado para efeito do limite de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 5º - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

a) Demonstrativo da evolução da receita nos últimos três anos e projeção para os dois seguintes;

b) Sumário Geral da Receita e Despesa;

c) Demonstração da Receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas - Anexo 1 da Lei federal n.º 4.320/64;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES
GABINETE DO PREFEITO

d) Receita Segundo as Categorias Econômicas e Natureza da Despesa por Órgão e Unidade Orçamentária – Anexo 2 da Lei Federal n.º 4.320/64;

e) Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária- Anexo 6 da Lei Federal n.º 4.320/64;

f) Programa de Trabalho de Governo – Anexo 7 da Lei Federal n.º 4.320/64;

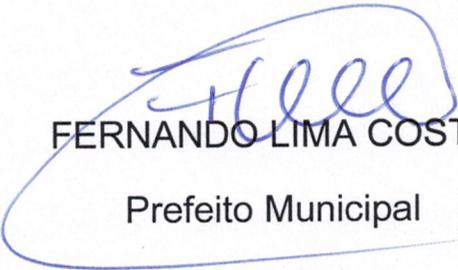
g) Demonstrativo da Despesa por Função e Vinculo com os Recursos – Anexo 8 da Lei Federal n.º 4.320/64;

h) Demonstrativo de Despesa por Órgãos e Funções – Anexo 9 da Lei Federal n.º 4.320/64

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2006.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores,
15 de dezembro de 2005.


FERNANDO LIMA COSTA

Prefeito Municipal